

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELLY ODETE PAULINO BATISTA

A expansão da mercantilização para o futebol à luz das exportações dos jogadores brasileiros

UBERLÂNDIA, MG

2024

GABRIELLY ODETE PAULINO BATISTA

A expansão da mercantilização para o futebol à luz das exportações dos jogadores brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação ou Tese apresentado ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Laís Ribeiro Silva

UBERLÂNDIA, MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B333 2024	Batista, Gabrielly Odete Paulino, 1997- A expansão da mercantilização para o futebol à luz das exportações dos jogadores brasileiros [recurso eletrônico] / Gabrielly Odete Paulino Batista. - 2024. Orientadora: Profa. Dra. Laís Ribeiro Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. Relações Internacionais. I. Silva, Profa. Dra. Laís Ribeiro, 1990-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III. Título. CDU: 327
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

GABRIELLY ODETE PAULINO BATISTA

A expansão da mercantilização para o futebol à luz das exportações dos jogadores brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação ou Tese apresentado ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Laís Ribeiro Silva

Uberlândia, 22/11/2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Gláucia Carvalho Gomes (IGESC-UFU)

Profa. Dra. Jéssica Silva Fernandes (IERI-UFU)

Dedico este trabalho aos meus pais, Roseli e Luiz Roberto pelo estímulo, carinho e compreensão.

“Nós, brasileiros, somos pobres e
humilhados. O futebol é a nossa vingança!”
Eduardo Gonçalves de Andrade (Tostão).

RESUMO

Este trabalho analisa a expansão da mercantilização do futebol, com foco no papel do Brasil como formador e exportador de jogadores, sobretudo após a promulgação da Lei Pelé em 1998. Contextualizando o processo histórico de profissionalização do futebol, a pesquisa investiga a globalização da modalidade e sua financeirização, destacando como as dinâmicas do mercado internacional impactaram a organização e gestão do esporte no Brasil. A análise utiliza dados do FIFA TMS (Transfer Matching System) referentes ao período de 2018 a 2023 para verificar as tendências de exportação de jogadores brasileiros e os gastos de clubes nacionais. Os resultados indicam que, embora o Brasil ocupe uma posição estratégica como fornecedor de talentos para o mercado global, essa dependência econômica reforça disparidades entre os clubes e limita o desenvolvimento do futebol doméstico. O estudo conclui que a financeirização contribuiu para a transformação dos clubes brasileiros em ativos do mercado global, mas ainda enfrenta desafios ligados à resistência cultural e estrutural à adoção de modelos empresariais.

Palavras-chave: mercantilização do futebol; exportação de jogadores; globalização.

ABSTRACT

This study analyzes the expansion of the commodification of football, focusing on Brazil's role as a developer and exporter of players, particularly following the enactment of the Pelé Law in 1998. By contextualizing the historical process of football's professionalization, the research investigates the globalization of the sport and its financialization, highlighting how international market dynamics have impacted the organization and management of the sport in Brazil. The analysis uses data from the FIFA TMS (Transfer Matching System) for the period between 2018 and 2023 to examine trends in the export of Brazilian players and spending by national clubs. The findings indicate that, although Brazil holds a strategic position as a talent supplier for the global market, this economic dependency exacerbates disparities among clubs and limits the development of domestic football. The study concludes that financialization has contributed to transforming Brazilian clubs into assets within the global market, yet it still faces challenges related to cultural and structural resistance to adopting corporate models.

Keywords: football commercialization; exportation of players; globalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A EVOLUÇÃO DA MODALIDADE FUTEBOL	15
2.1 A propagação do futebol pelo mundo	19
2.2 A introdução e a difusão do futebol no Brasil	21
2.3 O futebol como esporte profissional.....	25
3 A GLOBALIZAÇÃO DO FUTEBOL E A SUA FINANCEIRIZAÇÃO	28
3.1 A financeirização do futebol e o período neoliberal.....	30
3.2. Os caminhos da empresarização do futebol no Brasil.....	34
4. LEI PELÉ E A SUA INFLUÊNCIA PARA A EMPRESARIZAÇÃO	36
4.1. Lei Pelé e os jogadores de futebol	40
4.2 Transferência de jogadores	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com a estruturação do futebol moderno fazendo convergência ao ápice do período da industrialização no século XIX, foi a partir do avanço da “profissionalização do futebol¹” (FRANCO JR., 2007) e a entrada de capitais privados nos clubes que ocorreu uma transformação estrutural no cenário futebolístico, especialmente a partir da década de 1990, quando a globalização facilitou a integração econômica e a influência de investidores internacionais em diversos setores da economia, em processo denominado por um conjunto de autores como mundialização do capital (BENKO, 1999; CHESNAIS, 2005). Este segundo período mencionado, marcado pela entrada massiva do capital financeiro^{2 3}, trouxe profundas mudanças, transformando o futebol, que era apenas visto como um esporte acessível para as massas populares e que não exigia grande infraestrutura, para um produto global e consumível. Essa mercantilização reflete-se na busca por receitas de diferentes fontes — como direitos de transmissão, patrocínios de grandes empresas e a venda de produtos licenciados — fazendo com que os clubes de futebol funcionem cada vez mais como empresas inseridas no mercado competitivo global.

Inicialmente, a discussão seguirá com a inserção do capital no futebol, que tem suas raízes no final do século XIX, na Inglaterra, e está diretamente ligada ao processo de profissionalização do esporte (COSTA, 2023). Nesse período, a popularidade crescente do futebol nas cidades industriais inglesas levou os clubes a competir cada vez mais intensamente, o que gerou a necessidade de manter jogadores de alto desempenho. Com isso, muitos clubes começaram a pagar salários aos jogadores para garantir sua dedicação exclusiva, transformando-os em profissionais do esporte. A segunda conjuntura se apresenta - junto ao processo de financeirização -, conforme apontado por Chesnais (2005), lançando luz sobre uma dinâmica na qual o esporte, especialmente o futebol, é considerado uma alternativa atrativa de investimento. Nesse contexto, com o capital financeiro em busca de novas formas de valorização devido ao excesso de acumulação nos setores produtivos tradicionais, o futebol

1 Franco Júnior destaca que a profissionalização do futebol reconheceu a profissão como uma fonte de renda vantajosa para todos os envolvidos, como jogadores, treinadores, dirigentes e políticos. Além disso, a atividade também se tornou um veículo de marketing e representação ideológica (FRANCO JR., 2007).

2 A década de 1990 foi um marco no cenário econômico-futebolístico com a entrada do capital financeiro, promovendo a transformação dos clubes em negócios globalizados. A venda de direitos de transmissão e a criação de ligas estruturadas (como a Premier League em 1992) atraíram investidores, empresas de mídia e patrocinadores, iniciando o processo de mercantilização do futebol, que viria a crescer exponencialmente nas décadas seguintes.

3 Entende-se capital financeiro, conforme Mello (2014), "como sinônimo do conceito marxiano de capital portador de juros" (MELO, 2014. p.32).

passou a ser visto como uma oportunidade promissora de investimento e diversificação econômica.

O futebol moderno foi criado em um contexto de transformação social e controle das manifestações culturais populares. Segundo Wisnik (2008), essa apropriação da cultura popular ocorreu em meio ao fortalecimento do Estado e à monopolização da violência, em que práticas antes livres e espontâneas eram formalizadas e adaptadas às normas da sociedade industrial. No caso do futebol, isso significou uma transição de um esporte com raízes populares, jogado de forma desorganizada e informal, para uma prática regulamentada e organizada em clubes e associações, com regras padronizadas e uma estrutura formalizada, com grande contribuição do *Football Association* (FA)⁴.

À medida que o Império Britânico expandia sua influência global no século XIX, o futebol se consolidou como um símbolo da indústria britânica, o que favoreceu sua disseminação em outras regiões. Como aponta Mascarenhas (2014), o esporte foi transformado em um produto de exportação da Grã-Bretanha, difundido através das redes comerciais, das relações coloniais e da presença de trabalhadores e imigrantes britânicos em diferentes partes do mundo. Clubes começaram a surgir em países da América Latina, África, Ásia e em todo o continente europeu, marcando o início da globalização do futebol.

No Brasil, por ser um esporte tão presente na vida dos brasileiros, é de extrema importância entender seu nascimento e disseminação no país. Muitos dos clubes que hoje são referências do futebol brasileiro - como Botafogo, Corinthians, Fluminense e Grêmio - surgiram no início do século XX, inicialmente sem objetivos financeiros, apenas para a prática amadora do esporte. Importante ressaltar que esses atores reconhecidos por sua grandeza no futebol, originaram-se em outras práticas esportivas, e somente muitos anos depois aprofundaram no mundo futebolístico (MATTAR, 2012).

A modalidade, especialmente na década de 1970, ainda serviu como um objeto geopolítico no Brasil, sendo usado tanto como uma jogada internacional quanto como ferramenta de alienação social durante o regime militar brasileiro. Para Guterman (2004):

“[...] Médici, um apaixonado por futebol, realmente escorou-se na conquista do tricampeonato no México para alimentar a retórica do Estado nacional-desenvolvimentista, mas esta utilização não pode empanar outros importantes fatores em jogo: é preciso questionar, por exemplo, se os resultados dessa política teriam sido satisfatórios como foram se, ao mesmo tempo, o país não estivesse passando por um

⁴ *Football Association* é a associação de futebol da Inglaterra, a instituição de futebol mais antiga do mundo (FIFA, 2024).

surto de crescimento econômico sem paralelo em sua história; se o movimento ufanista que se seguiu à conquista já não estava em gestação, faltando-lhe a ignição que a Copa proporcionou; e, enfim, se as massas que foram às ruas festejar a vitória no México não estavam aproveitando a situação para um “desabafo” que a máquina da repressão impediria em qualquer outra circunstância – ou seja, diferentemente do que o discurso da esquerda perpetuou, os brasileiros que festejaram a conquista de 70 talvez não estivessem tão alheios ao que se passava no Brasil de Médici.” (GUTERMAN, p.267, 2004)

A partir da década de 1990, com a ascensão de um governo neoliberal no Brasil, o mercado de futebol passou por significativas alterações que impactaram a forma como o esporte era gerido e estruturado. Esse contexto neoliberal promoveu a desregulamentação dos mercados nacionais, o que influenciou diversos setores da sociedade, incluindo o futebol. Tavares e Fiori (1998) apontam que as políticas neoliberais incentivaram a adoção de práticas de gestão empresarial nos clubes, transformando a forma como o futebol era administrado. A representação significativa desse sistema foi a promulgação da Lei Zico (Lei 8.672)⁵ que entrou em vigor em julho de 1993, que ia na direção da profissionalização e da transfiguração do futebol brasileiro. Essa legislação tornou facultativa a conversão dos clubes de futebol, que anteriormente operavam como associações sem fins lucrativos, em empresas com fins lucrativos. A partir desse período, então, muitos clubes foram incentivados a adotarem uma estrutura empresarial, viabilizando a atração de investimentos e a busca por novas fontes de receita. Para sacramentar esse ponto crucial na visibilidade deste esporte no Brasil, foi promulgada a Lei Pelé (Lei 9.615, em março de 1998)⁶, que visava modernizar o futebol brasileiro e estimular a profissionalização dos clubes (clubes-empresa) através da gestão administrativa esportiva. Ainda, como uma das principais mudanças, permitiu que os atletas pudessem negociar livremente suas transferências, gerando um ambiente de maior competitividade e dinâmica de mercado. Portanto, visualiza-se o conceito mercadológico advindo dos clubes de futebol brasileiro dentro deste contexto, permitindo um maior fluxo de recursos financeiros para a modalidade.

Dessa maneira, os principais objetivos desse trabalho se baseiam na inserção da modalidade no Brasil e no impacto da nova configuração empresarial dos clubes brasileiros, com foco no cenário de globalização, neoliberalismo e financeirização da economia, que tiveram profundas implicações na maneira como o futebol é organizado e administrado.

⁵ BRASIL. Lei nº 8.672/1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm. Acessado dia 12 de agosto de 2024

⁶ BRASIL. Lei nº 9.615/1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615compilada.htm. Acessado em dia 13 de agosto de 2024.

Para consolidar as evidências do estudo, serão trazidos os dados da FIFA TMS (*Transfer Matching System*), que oferecem uma visão detalhada sobre as transferências de jogadores no futebol. Os dados analisados são a de movimentações de jogadores saindo e entrando no Brasil, a exportação de jogadores ao redor do mundo e o gasto dos times brasileiros, com um diagnóstico temporal entre 2018 e 2023. Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa foi verificar como o Brasil tem um papel de destaque na formação e exportação de jogadores, sobretudo após a promulgação da Lei Pelé em 1998. Ainda, explicitar como o Brasil se insere no mercado futebolístico, sobretudo após o processo de financeirização.

2 A EVOLUÇÃO DA MODALIDADE FUTEBOL

É fato consumado que o futebol se configura como um dos esportes mais populares do mundo, e que arrasta admiradores de todo o planeta para acompanhá-lo. Devido à sua acessibilidade e estilo simples, pessoas de todo o mundo reverenciam o esporte, que fica evidente quando ocorrem eventos esportivos de grande porte, como a Copa do Mundo. Em um sentido comum, esse esporte pode ser definido como uma competição entre dois times, cada qual com 11 jogadores, em busca de atingir a meta (o gol) a partir do controle da bola com os pés. Ele também pode ser explicado como um fenômeno que une povos e que ativa a emoção daqueles que o tratam como uma paixão, um sentimento intenso capaz de acumular um relacionamento incondicional para com um time de futebol. Em outra perspectiva, o futebol é um fomentador de sonhos, tanto de crianças quanto de jovens mundo afora que procuram uma única oportunidade de se tornarem atletas profissionais e de se consagrarem em um futuro esportivo brilhante. Em resumo, o futebol é emocionante e dinâmico, e exige habilidade, técnica, tática e trabalho em equipe. O futebol tem uma longa história e é conhecido por sua capacidade de unir pessoas de diferentes culturas e origens em torno de um interesse comum.

A modalidade, como conhecemos nos dias de hoje, resistiu aos testes do tempo e espalhou seu legado em meio a vários acontecimentos ao redor do mundo e de diversos mecanismos de governos. Mesmo que a Inglaterra seja normalmente apontada como lugar de origem do futebol por estabelecer e popularizar a forma moderna do jogo, registros históricos indicam que a China foi onde se criou a versão mais longa do esporte, por volta de 200 a.C. (FIFA, 2012). Outras versões primitivas do esporte foram posteriormente registradas no Japão e na Grécia, mas a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) registra a Inglaterra, como lugar de origem deste esporte, por dar estrutura ao jogo durante os anos 1800. O fato desse esporte ter sobrevivido de alguma forma ao longo de todos esses anos, aponta tanto

à sua durabilidade e sua capacidade, de longa data, de capturar a atenção das massas (FIFA, 2012).

Inicialmente, o esporte consistia em uma multidão de participantes movendo a bola de uma ponta a outra do campo, e geralmente era jogado por estudantes em escolas e universidades. No entanto, conforme destacado por Proni (1998), o jogo era agressivo e informal, e parecia que cada grupo de participantes tinha uma interpretação diferente das regras. Alguns, como a escola de Rugby, permitiam que a bola fosse carregada na mão e toleravam as características mais agressivas do esporte. Outros, como a escola em Cambridge, proibiu o uso das mãos e deu mais ênfase à capacidade técnica dos participantes com o jogo da bola com os pés (FIFA, 2012).

Após anos de partidas desorganizadas e até perigosas entre times rivais, um subconjunto de organizadores - incluindo representantes de vários clubes e escolas de elite -, procurou estabelecer uma série universal de regras para criar consistência a este jogo, o que levou à uma ruptura completa com os adeptos do rúgbi, que estabeleceram sua própria federação (ALVITO, 2012). Esses representantes conduziram uma série de reuniões por Londres, padronizando regras e leis para regularização do jogo de futebol, o que culminou na formação da *Football Association* (FA) que governa o futebol inglês até os dias atuais (FIFA, 2012) e a mais antiga instituição do futebol mundial. Tod esse trâmite é traduzido por KEYS (2006):

Quando a Football Association inglesa foi formada em 1863, por exemplo, ela tinha apenas dez clubes membros e era uma das muitas associações que tinham codificado um conjunto de regras. Durante os quinze anos seguintes, estabeleceu uma posição como o principal organismo nacional de futebol, ganhando um escritório permanente, uma secretaria assalariada e mil membros. Além de estabelecer uma coleção homogênea de regras e requisitos de elegibilidade, organizou campeonatos nacionais, começando em 1871 com a Challenge Cup⁷ (KEYS, 2006, p. 44).

A partir disso, o futebol se espalhou rapidamente pela Grã-Bretanha e pelo resto da Europa. Em 1871, mais de 50 clubes ingleses filiados à entidade foram convidados a participar da primeira *FA Cup*, ou *Challenge Cup*, mas somente doze clubes a disputaram (THE FA, 2016). No decorrer dos anos, nações proeminentes do futebol, como Argentina (1893), Itália (1898), Uruguai (1900) e Alemanha (1900) anunciaram a formação de suas associações logo depois e, em 1904, a FIFA foi criada em Paris, França (FIFA, 2012).

⁷ Tradução própria.

A idealização da prática do futebol moderno com a consolidação das regras inéditas surgiu no curso para o industrialismo pleno, atendendo às novas conjunturas urbanas e disciplinares da segunda metade do século XIX. A sua popularização, de certo modo, “[...] abandona progressivamente seu caráter recreativo para transformar-se em atividade vinculada ao consumo de massa – fundamenta-se (não só, mas acima de tudo) em relações capitalistas” (KUPPER, A. p. 555). Ainda, para Hilário Franco Júnior (2007), os esportes modernos devem ser analisados no quesito do darwinismo social, ou seja, como espaço de organização das elites para tornarem-se referência a outros setores sociais (F. JUNIOR, 2007). Para isso, com as novas regras estipuladas para a execução do esporte, Kupper (2018) afirma que “[...] o processo de urbanização vivido na segunda metade do século XIX na Inglaterra relaciona-se com o processo de proletarização do futebol” (KUPPER, 2018). Observa-se que, a partir da criação de uma regulamentação para a prática futebolística, o esporte passou a obter novos participantes da sociedade, incluindo a classe popular e operária, e não somente aqueles vinculados aos clubes criados pelas escolas e universidades britânicas. Assim, emergem novos clubes filiados às mais diversas associações que atingem dessa forma os setores das classes de baixa renda da sociedade - com forte relutância de alguns aristocráticos, que acompanha a evolução do domínio burguês na organização dos clubes.

A definição do futebol de Eric Hobsbawm (1997) como a "religião leiga da classe operária" revela a profunda conexão emocional e social que a classe trabalhadora desenvolveu com esse esporte. Essa perspectiva destaca como o futebol transcendeu o status de mero entretenimento e se tornou um elemento central na vida cultural e identitária do proletariado, especialmente nas cidades em expansão do século XIX e início do século XX (HOBSBAWM, 1997).

O surgimento de clubes tradicionais e de grande expressão da Inglaterra como Manchester United e Arsenal, no século XIX, advém de setores industriais como o ferroviário e o armamentista respectivamente (FRANCO Jr., 2007), e são emblemáticos no processo de popularização do futebol entre a classe operária no país. Entre as décadas de 1870 a 1890, o intuito dos donos das fábricas seria de ocupar o tempo livre da sua mão de obra de maneira produtiva em uma manobra de promover um ambiente mais disciplinado e saudável para a mão de obra. Com a Revolução Industrial, muitos operários viviam em condições difíceis nas cidades, lidando com jornadas extensas e, muitas vezes, com problemas de saúde e alcoolismo (ENGELS, 2010). O futebol, portanto, não era apenas uma forma de entretenimento, mas um mecanismo de controle social, disciplinando o trabalhador e separando o papel de cada

indivíduo no esporte - profissional e amador -, que até então era visto mais como um passatempo de classes mais altas.

A gerência dos clubes ficava nas mãos de aristocratas, comerciantes, empresários e industriais, refletindo a hierarquia social da época e a influência econômica dos detentores do capital. Eles eram os responsáveis pelas decisões administrativas e pela condução estratégica dos clubes, mantendo o controle sobre todos os aspectos financeiros e organizacionais. Em contraste, os jogadores, provenientes das classes trabalhadoras, desempenhavam o papel de submissão (PRONI, 1998). Essa estrutura relegava aos atletas o papel de protagonistas apenas dentro do campo, enquanto fora dele sua voz e influência eram limitadas.

Neste cenário, é interessante observar como, no início do século XX, houve uma tentativa consciente de preservar os princípios amadores do futebol, mesmo enquanto o esporte se profissionalizava de forma gradual. A FA desempenhou um papel fundamental nesse processo, estabelecendo normas e limites financeiros na tentativa de controlar o impacto da crescente comercialização do futebol. Murray (2000), já alertava quanto a preocupação com a elevação das cifras nas transferências de jogadores, uma questão abordada em 1905, quando as transações ultrapassaram o valor de mil libras. A FA tentou implementar um limite máximo de 350 mil libras para essas transações, mas essa tentativa de regulamentação não obteve sucesso (MURRAY, 2000). No entanto, para manter o espírito desportivo e evitar a mercantilização excessiva, a FA instaurou um teto salarial que restringia os ganhos dos jogadores em uma remuneração máxima de 280 libras (MURRAY, 2000).

No contexto de ascensão e popularização do futebol, surgem as primeiras formas de financiamento esportivo, principalmente de comerciantes que investiam nos clubes em que mais simpatizavam para obter sucesso em campeonatos (FRANCO Jr., 2007). A prática esportiva passa a incluir as classes mais baixas, o que leva a um aumento expressivo do público que acompanha as partidas. Com isso, a aristocracia perde espaço nas administrações dos clubes, que passam a ser geridos por novos burgueses (industriais, empresários e comerciantes), consolidando uma nova identidade para o futebol inglês, alinhada ao capital industrial.

Na Europa, via-se aumentar a presença de torcedores nos estádios à medida que os clubes começam a cobrar um valor simbólico pelos ingressos, incentivando a participação popular. Com a entrada de jogadores de origem operária, alguns recebendo salários, o profissionalismo no futebol ganha espaço, mesmo sob questionamentos. Esse movimento evidencia a passagem do futebol de um esporte elitista para uma prática popular. A disseminação para as classes populares concretiza a confirmação dos trabalhadores nos campos, enquanto a elite passa a ocupar cargos de gestores nos clubes.

A expansão e estruturação do futebol entre os séculos XIX e XX é um processo essencial para entender as raízes do esporte antes de sua mercantilização completa. A formação da FIFA em 1904, com a participação inicial de países europeus - como Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Suécia e Suíça - (FIFA, 2024) é um dos pontos chave desse processo.

A Inglaterra, portanto, desenvolveu as bases de um modelo profissional de organização que se tornaria referência para outras nações durante o período de difusão desse esporte. Esse modelo, caracterizado por uma administração burguesa que comandava e gerenciava os clubes e por jogadores provenientes das classes trabalhadoras que compunham a força de trabalho, foi essencial para a consolidação do futebol como uma atividade profissional.

2.1 A propagação do futebol pelo mundo

Nesse tópico, será discutido como o futebol é abordado, especialmente na Europa e América Latina. Nos países europeus, a influência de grandes investidores, direitos de transmissão televisiva e marcas globais contribuíram para a popularização do futebol europeu (KOMMERS, 2016), alcançando não apenas o público local, mas também milhões de espectadores fora do continente. Já nos países latino-americanos, o futebol é menos impulsionado por grandes corporações e investidores do que na Europa, embora, recentemente, a influência dos investimentos externos e das transmissões globais também tenha aumentado na região (CARVALHO; KOGUT, 2023). Os clubes locais e os jogadores são, muitas vezes, formados em contextos mais populares, com grande ligação com suas comunidades, o que gera um sentimento de pertencimento e paixão entre os torcedores.

A Grã-Bretanha, por ser o berço do futebol moderno, viu o esporte ser disseminado em tempo relativamente rápido desde a criação da FA. Com isso, inicialmente, a ideia de interação de jogadores de nacionalidades distintas passou por ingleses e escoceses. (FRANCO JR., 2007). Inclusive, o primeiro amistoso internacional oficial aconteceu em novembro de 1872 entre as seleções da Inglaterra e da Escócia, realizado em Hamilton Crescent, em Glasgow, na Escócia² (ENGLAND FOOTBALL ONLINE, 2024). Essas movimentações representaram um importante passo para se distinguir os jogadores “amadores” e “profissionais”, consolidando o futebol como esporte de grande influência regional (até este momento) e fomentar a troca de conhecimentos e estilos entre os países envolvidos.

Uma das circunstâncias relevantes que levavam a propagação do futebol pelo mundo é a dimensão do Império Britânico estabelecido a partir das colônias britânicas e, também, das relações comerciais significativas que abrangiam grande parte do planeta. A prática do esporte

se expandiu de forma significativa à medida que os ingleses introduziram o futebol em suas colônias, levando não apenas a modalidade em si, mas também as regras e a cultura que a cercava na segunda metade do século XIX (HOBSBAWM & RANGER, 1982).

Gilmar Mascarenhas destaca que, em quase todos os países com os quais os ingleses tinham relações comerciais, o futebol foi introduzido como um “novo produto”. As regiões portuárias foram as mais receptivas a esse fenômeno esportivo, e os ingleses atuaram como agentes propulsores dessa novidade (MASCARENHAS, 2000).

É importante apontar, também, que o primeiro clube fora da Inglaterra foi o Le Havre³, fundado em 1872 na França, clube localizado em uma cidade portuária, bem como outras equipes espalhadas no mundo, que posteriormente foram surgindo, como o tradicional clube Porto, em Portugal (1893). Mascarenhas observa que essas cidades portuárias tiveram um contato prematuro com o futebol, constantemente antes de outras localidades em seus países. Assim, o futebol se estabeleceu mundialmente, com os primeiros times de futebol sendo criados por imigrantes britânicos (MASCARENHAS, 2000).

Conforme mencionado anteriormente, na Inglaterra, a profissionalização do futebol começou como uma estratégia dos industriais para controlar o tempo livre dos trabalhadores, além de evitar que o esporte prejudicasse a produtividade nas fábricas. Entretanto, enquanto na Inglaterra o processo de profissionalização se consolidou ainda no século XIX, em outros países isso só ocorreu a partir da década de 1930.

Na América Latina, no final do século XIX, a Argentina destacou-se como um dos pioneiros do futebol com a criação de seu primeiro campeonato em âmbito nacional em 1891. Buenos Aires, com uma população maior que a do Rio de Janeiro, emergiu como o principal centro urbano para os interesses britânicos na região (MASCARENHAS, 2014). A presença de cerca de 40 mil ingleses nesse período contribuiu significativamente para a disseminação do esporte, pois as colônias inglesas estabeleceram redes de ensino que foram fundamentais para a formação dos primeiros clubes de futebol (MASCARENHAS, 2014). Essa combinação de fatores culturais e sociais fez da Argentina um ambiente fértil para o desenvolvimento do futebol, que rapidamente se tornaria uma paixão nacional.

O futebol, em sua expansão pelo mundo, realmente apresenta detalhes distintos dependendo do contexto local. Nos países com forte ligação à Inglaterra, como no caso da Argentina, a modalidade foi adotada mais rapidamente, refletindo a influência da "cultura inglesa". No entanto, o Brasil se destaca como um caso particular devido, principalmente, à sua imensa diversidade territorial e cultural, o que será analisado a seguir.

2.2 A introdução e a difusão do futebol no Brasil

No século XIX, a economia brasileira era essencialmente agrária e voltada para a exportação de produtos primários. Ela ainda era marcada por desigualdades regionais significativas. Enquanto o Sudeste, especialmente São Paulo, experimentava crescimento e prosperidade, outras regiões, como o Nordeste, enfrentavam estagnação econômica e índice de pobreza expressivo (ARAÚJO, 2000).

A percepção de que as diferentes regiões do país funcionavam de forma isolada e fragmentada em vez de uma economia integrada e coesa refletiu na implantação do futebol no Brasil. De acordo com Mascarenhas (2014), o futebol brasileiro terá sua particularidade comparado aos países sul-americanos, pois:

[...] a existência de vários pontos distantes entre si e a dispersão espacial dos investimentos ingleses conformaram no Brasil um quadro muito peculiar, muito distinto daquele verificado na Argentina, no Chile e no Uruguai. (...) não podemos localizar um único ponto no território do Brasil a partir do qual o futebol, como inovação, tenha se introduzido e se difundido espacialmente [...] (MASCARENHAS, 2014, p. 47)

Mascarenhas (2014) atribui a introdução do futebol com a frequência dos ingleses em regiões portuárias e ao longo das obras de ferrovias pelo país. Cidades com maior presença de imigrantes ingleses e uma cultura mais aberta à inovação, como Rio de Janeiro e São Paulo, mostraram-se mais receptivas à nova modalidade. Nesses centros urbanos, o futebol rapidamente ganhou popularidade, e surgiram clubes e competições, refletindo a integração do esporte à vida social (MASCARENHAS, 2014).

Antes de se proliferar no país, nos primeiros anos de sua introdução, o futebol era um esporte restrito, com a participação limitada a determinados grupos sociais. Negros, mestiços, mulheres e brancos pobres eram excluídos do acesso ao esporte, refletindo as desigualdades sociais e raciais profundamente enraizadas na sociedade brasileira da época (TONINI, 2010). Charles Miller, brasileiro com descendência britânica, foi estudar por mais de dez anos na Inglaterra, e, no retorno ao Brasil em 1894, apresentou um livro de regras semelhantes ao que estipulava a FA. Nesse período, a prática de esportes no Brasil era profundamente associada à elite e aos ideais da burguesia, que viam na atividade física uma forma de se diferenciar socialmente e reforçar seu status. A adoção do futebol, assim como de outras atividades físicas como boxe, críquete, rugby e esportes náuticos, fazia parte de um processo de incorporação dos

valores de disciplina, competição e fair play que eram valorizados pela aristocracia europeia e admirados pelas elites brasileiras.

O termo *sportsman*, utilizado para descrever o praticante de atividades físicas conforme Oliveira (2012), simbolizava um ideal de comportamento e estilo de vida que expressava superioridade cultural e física, atributos que eram muito valorizados pela elite. Praticar esportes era um privilégio, pois exigia tempo livre, infraestrutura e dinheiro — recursos que apenas as classes mais abastadas tinham. Os clubes esportivos e as praças de esporte que começaram a surgir em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo serviam como espaços exclusivos para a prática esportiva e, ao mesmo tempo, funcionavam como um cenário para a elite afirmar sua posição social (OLIVEIRA, 2012).

Esse ideal aristocrático ajudava a consolidar o esporte como uma atividade de prestígio e exclusividade. Além disso, ao promoverem e participarem de atividades físicas, as elites buscavam também difundir uma imagem de modernidade e de alinhamento com os padrões europeus, contribuindo para a construção de um ideal de “corpo civilizado” que deveria diferenciar-se do corpo dos trabalhadores urbanos e dos recém-libertos (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, a transformação que o Brasil vivenciou no período em que Charles Miller foi estudar na Inglaterra e seu retorno foi, de fato, crucial para a popularização do futebol. A abolição da escravidão e a chegada da República mudaram a dinâmica social, como, por exemplo, no Rio de Janeiro (naquele momento capital do Brasil). Com a abolição, ex-escravizados e seus descendentes foram em busca de novas oportunidades nos centros urbanos, enquanto a mão de obra imigrante europeia também preenchia postos nas indústrias em desenvolvimento. Essa combinação resultou em uma população urbana crescente e diversificada, buscando formas de lazer e identidade (OLIVEIRA, 2012).

A consolidação da popularização e democratização do futebol foi determinante somente na década de 1920, quando o esporte passou a ser visto como uma oportunidade de ascensão social, especialmente para as classes mais pobres, aumentando assim sua disseminação. Para muitos, o sucesso no futebol representava uma chance de realização financeira, algo que suas ocupações rotineiras muitas vezes não proporcionavam (SANTOS, 2002; BRUNORO e AFIF, 1997). Essa nova perspectiva transformou o futebol em uma alternativa viável para aqueles que buscavam uma melhoria em suas condições de vida.

Junto a essas condições, percebe-se que com a industrialização ganhando força a partir do mesmo período, o Brasil passou a priorizar o atendimento das demandas do mercado interno, rompendo com o modelo econômico tradicionalmente voltado à exportação de produtos primários, como o café e a borracha (VICECONTI, 1977). Esse processo não apenas

transformou a estrutura econômica do país, mas também teve um impacto na integração e articulação das regiões brasileiras, com maior ênfase às que possuíam um maior nível de desenvolvimento.

De acordo com Cano (2015), a “Crise de 1929”:

[...] nos exigiu não só uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também a construção de uma política de industrialização, única rota para sair da grave crise e ingressar em formas econômicas urbanas mais modernas e progressistas. Exigiu, acima de tudo, uma firme vontade política e a ousadia de utilizar o que tínhamos de soberania nacional.” (CANO, 2015, p. 446).

Sendo assim, o Brasil passou a desenvolver uma economia mais articulada internamente. São Paulo, já no final do século XIX, despontava como um centro econômico próspero graças à produção massiva de café, o que proporcionou a infraestrutura e os recursos necessários para impulsionar a indústria. Além disso, a região paulista já contava com uma estrutura de trabalho assalariado, uma classe de empresários e uma rede de transporte relativamente desenvolvida, além de investimentos estrangeiros e imigração europeia, que trouxeram novas técnicas e perspectivas para o desenvolvimento industrial. Em contraste, o Nordeste ainda enfrentava barreiras significativas, com características ainda escravagistas e dependente de atividades agrícolas, sendo relegado a uma posição periférica na economia nacional (FURTADO, 1971).

O que se deseja destacar dentro deste contexto é que a popularização e a adoção do futebol no Brasil seguiram de perto o ritmo da industrialização, encontrando maior aceitação e apoio nas áreas mais industrializadas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ela trouxe consigo mudanças sociais e culturais significativas, incluindo uma maior receptividade às inovações, ao lazer urbano e a práticas de esportes modernos.

Como na Inglaterra, o futebol no Brasil se expandiu em grande parte com o apoio dos trabalhadores industriais. Ainda no início do século XX, esse fenômeno levou ao surgimento de inúmeros clubes formados por pessoas das camadas mais modestas da sociedade. Clubes como o Corinthians (1910), em São Paulo, fundado por operários, exemplificam a formação de equipes populares e operárias no início do futebol brasileiro. Esses clubes eram associados a trabalhadores e tinham caráter acessível, contrastando com os clubes das elites (SANTOS, 2017).

O futebol se desenvolveu tanto entre a burguesia comerciante quanto entre os trabalhadores. Clubes como o Madureira (1914) e a Associação Atlética da Bahia (1914) foram fundados por membros da classe burguesa. Paralelamente, surgiram também os times ligados

ao ambiente fabril, como o Bangu (1904), no Rio de Janeiro, criado por operários e apoiado pela fábrica que cedeu seu nome e recursos, promovendo a equipe (SANTOS, 2017). Esses exemplos mostram a pluralidade de origens sociais dos clubes de futebol no Brasil.

A partir do crescimento da população no Sudeste, há um aumento da presença de uma grande massa nos arredores dos campos de futebol. Essa difusão do esporte provocou a criação dos primeiros estádios com arquibancadas no país. Um dos primeiros estádios a ter uma estrutura de arquibancada mais permanente foi o Laranjeiras - criado em 1919, no Rio de Janeiro. Até os dias atuais, o estádio tem o clube Fluminense como detentor do espaço. Locais com essas características despertaram interesse como um formato de atrair novos recursos a partir da venda de ingressos (MASCARENHAS, 2014).

Diante isso, para Irlan Santos (2017), a criação desses novos locais levava para duas vertentes: a oportunidade de captação de renda, a partir do aumento da capacidade de público e, consequentemente, as receitas provenientes dos jogos; e também o surgimento da "cultura torcedora", o processo pelo qual o futebol passou a ser não apenas um jogo, mas um evento cultural e social que unia comunidades e criava uma identidade coletiva entre os torcedores (SANTOS, 2017).

Para Irlan Santos (2017):

[...] Entre 1900 e 1940, enquanto São Paulo multiplicou por cinco a sua população, atingindo cerca de 580 mil habitantes, Salvador via um grande êxodo da sua população, o que causou um crescimento populacional de menos de 50% em quatro décadas, aparecendo com 280 mil habitantes no Censo de 1940. A falta de estrutura também fez com que Salvador chegasse aos anos 1920 sem um estádio de qualidade minimamente razoável, causando uma grande defasagem frente aos clubes do Sul e Sudeste. (SANTOS, 2017, p.61)

De acordo com as diferenças regionais do país desde essa época, não havia uma liga nacional unificada que integrasse os clubes de todas as regiões do país. Em vez disso, diversas competições regionais eram realizadas, cada uma com suas características específicas.

Irlan Santos (2017) destaca a dificuldade de locomoção enfrentada pelos times de futebol em Salvador. Naquela época, a cidade carecia de um sistema de transporte público eficiente, o que complicava a mobilidade dos clubes. Em contraste, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já contavam com linhas ferroviárias que facilitavam o deslocamento entre elas. Essa diferença estrutural teve um impacto significativo nas competições regionais e na capacidade dos clubes de se enfrentarem em um cenário mais amplo (SANTOS, 2017).

Com a concentração de pessoas de baixa renda ao redor dos espaços esportivos da elite, as classes populares passaram a se interessar cada vez mais pelo futebol, praticando o esporte

em ruas, praças e terrenos baldios (MASCARENHAS, 2014). Dessa forma, como ocorreu em outros países, a popularização do futebol no Brasil representou, segundo Santos (2017, p. 56), “[...] uma ruptura com a estrutura do futebol amador elitista.”

No que se refere a estruturação e institucionalização do futebol moderno, assim como a formação da FIFA - no contexto europeu - a fundação da Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL) e da Confederação Brasileira de Desportos (CDB) em 1916 são eventos cruciais nesses processos. Essas organizações foram as bases institucionais que permitiram a padronização das regras e a realização de competições internacionais, o que facilitou a expansão do futebol como um esporte global.

Essa série de fundação das instituições de futebol e a gradual transição do amadorismo para o profissionalismo criaram um ambiente propício para que o futebol se transformasse em um fenômeno comercial, especialmente na segunda metade do século XX, à medida que os interesses financeiros e midiáticos passaram a exercer uma influência crescente no esporte.

Portanto, foi destacado ao longo dessa epígrafe que a popularização do futebol no Brasil está intimamente ligada ao processo de industrialização e ao investimento estatal na integração das regiões. A partir do início do século XX, o futebol começou a se espalhar por diversas localidades, quebrando antigos laços tradicionais e resistências à adoção desse novo esporte moderno. Na sequência, será observado como o profissionalismo da modalidade vai se comportar.

2.3 O futebol como esporte profissional

Embora o futebol tenha se difundido por diversos países, a profissionalização inicial desse esporte foi restrita às Ilhas Britânicas. Em muitos países, a prática do futebol permaneceu amadora por vários anos devido à sua inclusão prematura nos Jogos Olímpicos em 1900, que limitava a participação a atletas amadores (PRONI, 1998). A exigência olímpica de que os participantes não recebessem nenhuma remuneração atrasou a adoção do profissionalismo em países fora da Inglaterra.

O futebol tornou-se uma atividade profissional na Europa a partir de 1924, em países como a Áustria, Hungria, Espanha e Itália (HISTÓRIA DO FUTEBOL, 2024). Com o aumento de atletas profissionais, que eram excluídos das competições olímpicas, surgiu a necessidade de uma nova competição para envolver essas potências emergentes do futebol.

A partir dessa demanda, a FIFA, com apoio do governo uruguaio, criou o campeonato mundial de seleções. Assim, em 1930, foi realizada a primeira Copa do Mundo no Uruguai,

atraindo 90 mil espectadores para a final entre Argentina e Uruguai, na qual os anfitriões venceram. No entanto, a ausência da Inglaterra - por não apresentar o profissionalismo do esporte - e de várias seleções europeias, devido aos altos custos e à longa duração da viagem, limitou a participação europeia no evento (PRONI, 1998).

A adoção do profissionalismo foi impulsionada pela contratação de atletas de países onde ainda vigorava o amadorismo, especialmente da América do Sul, onde Argentina e Uruguai foram pioneiros ao instituir o profissionalismo em 1931 para conter o êxodo de jogadores para clubes europeus (PRONI, 1998).

A profissionalização também foi usada como ferramenta política em regimes totalitários da época, como na Itália de Mussolini e na Espanha de Primo de Rivera, onde o futebol serviu à promoção da identidade nacional. Em ambos os países, a contratação de estrangeiros era restrita a jogadores nativos ou descendentes, o que levou clubes italianos e espanhóis a repatriar atletas da América do Sul.

No Brasil, a profissionalização do futebol foi inserida em 1933 nos clubes do Rio de Janeiro e São Paulo, regiões com maior grau de industrialização. Esse processo se estendeu até 1940, com o governo do Estado Novo implementando as primeiras legislações esportivas, que consolidaram a profissionalização do futebol brasileiro (SANTOS, 2017). A oficialização do profissionalismo reconfigurou o quadro de clubes no país, já que alguns tradicionais, que resistiram à mudança, deixaram de participar das ligas principais.

A transição do futebol amador para o profissional foi marcada por transformações significativas, como no caso do jogador Leônidas da Silva, um dos maiores talentos do Brasil na época. Leônidas, após breve passagem pelo Peñarol do Uruguai, retornou ao Brasil para se beneficiar da recente profissionalização, ganhando destaque na Copa do Mundo de 1938. Seu sucesso culminou em um contrato de publicidade com uma fábrica de chocolates, que lançou o famoso “Diamante Negro” (SANTOS, 2017).

Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas econômicas de bem-estar social e de regulação do mercado, típicas do período conhecido como "anos dourados" (1947–1973) (PAULANI, 2006), consolidaram o futebol como uma atividade profissional estável. Investimentos industriais começaram a surgir no futebol, e em 1960, a Inglaterra eliminou o teto salarial dos jogadores, permitindo que clubes de maior expressão atraíssem atletas com salários mais altos. A Alemanha também adotou o profissionalismo em 1963, evidenciando uma mudança econômica na Europa e o fortalecimento do futebol como uma nova indústria (SANTOS, 2017). Neste período, ainda, o avanço do futebol europeu, impulsionado pela crescente transmissão televisiva dos jogos, evidenciou a necessidade de uma gestão mais

racional e eficiente dos clubes e competições. Nos Estados Unidos, a criação da *National American Soccer* em 1967 marcou a primeira tentativa de implementar uma ideia “moderna e empresarial de gestão no futebol profissional”, inspirando futuras práticas no esporte europeu, através do projeto futebol-empresa (PRONI, 1998).

Irlan Santos (2017) avalia esses acontecimentos como:

O jogo precisaria se transformar por inteiro e as velhas relações patronais deveriam ser mudadas por uma lógica mais racional e menos dispendiosa. Nessa altura, o televisual dos jogos começava a dar seus primeiros passos na Europa, sob a estrutura das então redes estatais [...] (SANTOS, 2017, p.75).

Nos anos 1950, o contexto internacional era marcado pelo ressurgimento do capital financeiro, que buscava novas áreas de atuação para se expandir, como Chesnais (2005) argumenta. Embora o futebol já fosse um espetáculo popular, foi nesse período que ele começou a se transformar em um campo fértil para o capital excedente, especialmente devido ao seu rápido crescimento como entretenimento de massas CHESNAIS, 2005).

No caso dos Estados Unidos, o capital financeiro teve uma retomada no pós-guerra, explorando nichos que poderiam absorver investimentos de modo estável. No futebol, que ainda não era um fenômeno de massa no cenário norte-americano, essa expansão financeira foi mais limitada. No entanto, em países onde o futebol já era culturalmente relevante, como na Europa e na América Latina, a relação entre o capital e o esporte começou a se intensificar, uma vez que o público e o potencial de lucro eram muito mais expressivos. Com a expansão da mídia de massa e o aumento da transmissão de jogos, o futebol se consolidou como um produto atraente para patrocinadores e investidores, que começaram a ver o esporte como um meio eficaz para a valorização de suas marcas e capital.

Nesse contexto, o keynesianismo⁸, com sua ênfase no crescimento econômico e no papel do Estado em estimular a economia, criou um ambiente propício para o florescimento de mercados de massa, incluindo o esporte, que passou a ser visto como um setor com potencial de retorno financeiro.

Assim, entre as décadas de 1950 e 1970, o futebol começou a se consolidar como uma atividade altamente comercial e popular, refletindo o crescimento urbano e a formação de novas

⁸ Uma das principais contribuições do pensamento de Keynes foi a de “[...] evidenciar que o capitalismo não tem forças endógenas capazes de gerar processos de auto-estabilização em situação de pleno emprego, mesmo com base nos pressupostos clássicos da concorrência perfeita e da maximização do lucro pelas empresas e da utilidade pelos consumidores e da flexibilização dos preços, dos salários e das taxas de juro” (DONÁRIO & SANTOS, 2016, p.3).

metrópoles. No Brasil, a construção de grandes estádios — como o Maracanã e o Morumbi — e a expansão da “cultura torcedora” nas arquibancadas evidenciaram a massificação do esporte e a formação de bases para sua mercantilização futura (SANTOS, 2017, p. 72).

3 A GLOBALIZAÇÃO DO FUTEBOL E A SUA FINANCEIRIZAÇÃO

O futebol ganha a característica de financeirização com base a dois pontos-chave - a) a efetividade da globalização na modalidade esportiva através da atuação da presidência de João Havelange na FIFA na década de 1970; b) e a implantação do capital portador de juros, forma de capital que facilita o fluxo de recursos para investimentos, principalmente visualizada aqui neste trabalho com os financiamentos empresariais.

O impacto da globalização abrange de forma decisiva o processo de internacionalização do mundo capitalista, de acordo com Milton Santos (2000), e é responsável, em grande escala, no crescimento do poder econômico do futebol, bem como na sua disseminação no mundo. Esse fenômeno pode ser definido a uma base produtiva e técnica, colocando os pressupostos para a organização da vida social, em suas diferentes facetas, a partir de uma escala global. A informação se impõe além das fronteiras, sendo que nenhum Estado nacional pode realisticamente controlar. E, por fim, o mercado global e a competitividade se convergem à rápida absorção de tecnologia (VIGEVANI, 1998).

O “período técnico-científico-informacional” (SANTOS, M. 2000) ou globalização, possui um significado determinante para se entender o futebol como um item consumido em todo o planeta. O processo midiático impulsionou a relevância do futebol para a sociedade, conforme Gumbrecht (2007, p. 154), no qual afirma que “[...] é verídico que a viabilidade econômica dos esportes profissionais depende hoje em grande parte da transmissão pela TV, não da venda de ingressos”. Um dos marcos da consolidação da modalidade vem com a transmissão via satélite na Copa do Mundo na segunda metade do século XX (SANTOS, 2017), o que foi determinante para a amplitude do alcance de espectadores e concomitantemente com o aumento de investimentos neste esporte.

João Havelange, ao assumir a presidência da FIFA em 1974, marcou um ponto de inflexão na história do futebol. Ele foi o primeiro não-europeu a ocupar o cargo, o que por si só simbolizava uma mudança significativa na dinâmica do futebol mundial, tradicionalmente dominada por países europeus. Ademais, Havelange exercera um grande papel no cenário do futebol estabelecendo parcerias comerciais que auxiliaram a profissionalizar a gestão da FIFA,

trazendo novos investimentos e aumentando a visibilidade do esporte em várias partes do mundo.

Esse ator na dinâmica esportista efetivamente transformou o futebol em uma mercadoria, buscando um modelo de negócios que permitisse maximizar os lucros e expandir o alcance global do esporte. Ele concretizou parcerias comerciais e atraiu patrocinadores, o que diversificou as fontes de receita da FIFA, além das rendas da Copa do Mundo, que eram o único recurso econômico que se apresentava até aquele momento. Essa abordagem não apenas fortaleceu as finanças da entidade, mas também proporcionou um desenvolvimento mais robusto do futebol em regiões até então negligenciadas.

Conforme levantado por Marcelo Proni (1998):

O segredo do sucesso de João Havelange foi ter estabelecido parceria com a Adidas, que há muito vinha desenvolvendo esquemas de marketing apoiados em esportes de alto rendimento, e com a Coca-Cola, que tradicionalmente patrocinava os Jogos Olímpicos (PRONI, 1998, p. 166)

Considerada como uma estratégia radical, porém bem-sucedida, a parceria da FIFA com a Coca-Cola trouxe uma nova dimensão de visibilidade e financiamento para a FIFA, ajudando a promover a Copa do Mundo como um evento global de grande prestígio, promulgando e elevando, mais uma vez, o status futebolístico em todo o globo.

Naquele momento, ainda, as tecnologias de comunicação também permitiram a multiplicação do acesso ao futebol, tornando-o acessível a públicos globais. Isso não só ampliou a audiência, mas também atraiu investimentos de empresas que viam no futebol uma oportunidade de diversificação de capital (SANTOS, 2000). Esse momento é apontado como o *start* do período técnico-científico-informacional⁹, onde agora, empresas de mídia começam a desempenhar um papel central, impulsionando a valorização do futebol como um produto de entretenimento, ao mesmo tempo em que o "televisonamento" e a venda de anúncios tornaram-se essenciais para o sucesso financeiro da FIFA e dos clubes, transformando o futebol em uma verdadeira indústria.

Durante este mesmo período, há a primeira flexibilização observada na contratação de jogadores de outra nacionalidade nos clubes espanhóis, mais especificamente em 1974. Essa mudança foi um marco essencial na história da bola, pois anteriormente havia diversas

⁹ O meio técnico-científico-informacional inicia-se na década de 1970; é caracterizado pela aplicação da ciência à técnica, por isto meio técnico científico; estas técnicas são impregnadas de informação e transmitem, acumulam informação, por isto meio técnico- científico-informacional (SANTOS, 2000)

restrições que limitavam a contratação de jogadores que não fossem espanhóis. Logo em sequência, como consequência a venda de anúncios, a FIFA flexibilizou também o uso de patrocinadores nas camisas dos clubes (SANTOS, 2017).

A partir disso, o mercado da bola não era exclusivamente voltado para jogadores e técnicos. Via-se a necessidade de se obter pessoas e projetos de gestão para acompanhar o desenvolvimento deste novo mercado que passou a englobar diversas ramificações para o futebol evoluir fora dos gramados. A estrutura até ali montada não modelava as transformações ocorridas neste âmbito. A busca por montar times vencedores frequentemente ignorava a realidade dos recursos disponíveis, resultando em uma inflação salarial exorbitante e, conseqüentemente, em dívidas crescentes. Essa mudança levou muitos Estados a intervir, promovendo a transformação dos clubes em empresas, o que permitiu uma gestão mais eficiente e profissional (SANTOS, 2017).

A partir da década de 1970, com influência especial da crise econômica que se estabeleceu neste período, a mercantilização do futebol se tornou uma tendência marcante. Durante esse período, muitas grandes empresas buscaram novas oportunidades para investir seus capitais sobreacumulados, e o futebol surgiu como uma alternativa atraente, dada sua popularidade crescente e o potencial de retorno financeiro. O impacto negativo - que se seguiu até os dias de hoje para alguns clubes - é a disparidade entre clubes de grande e de menor expressão, este último mais evidente em regiões com menor desenvolvimento capitalista.

3.1 A financeirização do futebol e o período neoliberal

Conforme abordado anteriormente, a internacionalização do futebol e o crescimento das receitas com as transmissões via satélite foram pontos de inflexão que ampliaram enormemente o alcance e o potencial de lucro da modalidade. A partir dos anos 1960 e 1970, com a introdução de tecnologias de transmissão via satélite, o futebol passou a ser veiculado para audiências globais, aumentando a base de torcedores e a visibilidade das competições. Esse novo cenário possibilitou uma relação mais próxima com o capital financeiro, uma vez que o futebol se tornava um produto atrativo para investimentos que buscavam mercados de massa e consumo cultural.

O "fim dos anos dourados" interrompeu o ciclo de crescimento e prosperidade no fim dos anos 1960 e especialmente a partir do ano de 1973, com uma forte recessão em função das crises do petróleo em uma mesma década (sendo a segunda em 1979) (PAULANI, 2006). Diante desse aspecto, a partir da década de 1980, ressurgiu o capital portador de juros de forma

intensa, em parte devido ao fortalecimento do capital financeiro sobre o capital produtivo. Esse período é marcado pelo início do processo de acumulação financeira, em que o foco se desloca progressivamente da produção de bens e serviços para a geração de valor através de instrumentos financeiros. Esse processo tomará proporções inéditas, influenciado pela desregulamentação dos mercados financeiros.

Em um cenário de crise de sobreacumulação, o sistema precisa encontrar novas estratégias para canalizar e valorizar esses excedentes de capital. Uma das alternativas identificadas por Harvey (2008) é a “produção do espaço” – ou seja, o investimento em novos espaços físicos ou simbólicos onde o capital pode ser absorvido e valorizado. Esse conceito refere-se tanto ao desenvolvimento de infraestrutura, cidades e regiões quanto à criação de novos setores de consumo (HARVEY, 2008), como o entretenimento esportivo.

Assim, como alternativa, faz-se valer, de acordo com Chesnais (2005, p. 37):

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas em lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora de da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37)

A definição de acumulação financeira proposta por Chesnais (2005) reflete um processo de centralização do capital em instituições que se especializam em captar e valorizar recursos fora da produção direta de bens e serviços. Esse movimento não contribui diretamente para o crescimento produtivo, mas sim para a valorização de recursos financeiros (CHESNAIS, 2005).

No contexto do futebol, essa dinâmica de acumulação financeira encontra expressão no investimento de capital excedente na indústria esportiva, que se torna um atrativo por seu potencial de valorização rápida e alto retorno. Os grandes clubes e campeonatos acabam funcionando como ativos, atraindo investimentos de instituições financeiras e grandes empresas que buscam multiplicar o capital fora do setor produtivo convencional. A lógica é similar à descrita por Chesnais (2005): recursos que, em vez de impulsionar a produção de bens e serviços, são direcionados a setores capazes de absorver e valorizar capital através do consumo e do entretenimento.

Essa acumulação financeira no futebol é analisada em fenômenos como a compra de grandes clubes por investidores privados, a entrada de fundos de investimento no mercado de jogadores e os contratos milionários com empresas de mídia. Esses movimentos acabam por

reforçar a mercantilização do esporte, alinhando-o a uma lógica financeira que prioriza a rentabilidade sobre o desenvolvimento desportivo, dando continuidade ao processo de centralização do capital que Chesnais (2005) descreve.

Um exemplo notável dessa influência é o caso da Itália. Em 1966, os clubes de futebol italianos começaram a ser transformados em sociedades por ações. Essa mudança permitiu que clubes buscassem financiamento e capitalizassem no mercado, abrindo-se ao investimento de grandes grupos financeiros e ao capital externo (FRANCO JÚNIOR, 2007). A transformação dos clubes em sociedades anônimas representou um ponto de ruptura com o modelo tradicional de administração, que era majoritariamente focado nos aspectos esportivos e locais, e não na rentabilidade econômica.

O avanço das políticas neoliberais na Europa, consolidado como um grande movimento político e ideológico, representou uma ruptura com o modelo keynesiano, cujos princípios guiavam o desenvolvimento econômico e o papel do Estado no período pós-guerra. Quando a crise do modelo desenvolvimentista keynesiano atingiu a Europa, o neoliberalismo, já estabelecido como ideologia desde 1947 (ANDERSON, 1995), emergiu como uma alternativa econômica e passou a ser amplamente adotado como política governamental em vários países do continente.

Esse movimento ganhou força com a eleição de Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980. Thatcher e Reagan, figuras emblemáticas do neoliberalismo, implementaram reformas que visavam reduzir o papel do Estado na economia, desregular os mercados, privatizar empresas públicas e promover a liberdade econômica como motor de crescimento. Essas políticas não só se tornaram características de seus governos, mas também estabeleceram um novo modelo econômico que rapidamente se expandiu pela Europa Ocidental (ANDERSON, 1995).

Na década de 1980, quase todos os países da Europa Ocidental, com exceção da Áustria e da Suécia (ANDERSON, 1995), adotando medidas neoliberais que alteraram profundamente suas economias e sociedades. O futebol, como outros setores, foi impactado por essas mudanças. A desregulamentação e a privatização possibilitaram a entrada de investidores privados e grandes empresas no esporte, transformando clubes e ligas em ativos econômicos. Com a diminuição das restrições estatais e o incentivo ao livre mercado, o futebol europeu passou a funcionar de maneira mais empresarial, focado na rentabilidade e na expansão global.

Neste momento, conforme apontado por Irlan Santos (2017), a inserção do futebol na rede global de produtos modificou profundamente a dinâmica competitiva entre países. Brasil e Argentina, que tradicionalmente rivalizavam com as potências europeias em qualidade técnica

e competitividade, passaram a ser impactados pelas forças econômicas que redefiniram o futebol como um negócio global. Como aponta Santos (2017, p. 82), essas nações foram “[...] deixadas para trás na cadeia alimentar do futebol-negócio” e, de grandes centros de formação e competição, tornaram-se fornecedoras de talentos para o mercado europeu e mundial.

Esse fenômeno decorre da maior capacidade financeira dos clubes europeus, que passaram a atrair e absorver talentos estrangeiros ainda jovens, graças aos altos salários, à infraestrutura de ponta e à exposição midiática. Com isso, esses clubes-empresa são marcados por uma gestão que visa a profissionalização e a racionalização das ações, com um foco explícito na estabilidade financeira e no controle das dívidas.

Seguindo essa lógica, na década de 1980, o processo de empresarização dos clubes de futebol ganhou força em diferentes países europeus, com legislações que visavam profissionalizar e estruturar financeiramente o esporte. A Itália foi pioneira ao implementar, em 1981, a lei das *Società per Azioni* (SpA), exigindo que os clubes das duas principais divisões fossem transformados em sociedades por ações. Essa medida forçou os clubes a adotarem uma estrutura mais empresarial, permitindo a captação de recursos de investidores e estabelecendo uma governança financeira e administrativa mais rígida (SANTOS, 2017).

Poucos anos depois, a França seguiu uma linha semelhante com a lei *Société Anonyme à Objet Sportif* (SAOS), promulgada em 1984. Essa lei também visava profissionalizar o futebol francês, transformando clubes em sociedades anônimas com foco no desempenho esportivo, mas sob um modelo de administração empresarial (SANTOS, 2017).

Já na década de 1990, a Espanha adotou sua própria versão desse processo com a lei das *Sociedades Anónimas Deportivas* (SAD). Diferentemente da Itália e da França, a lei espanhola permitiu exceções para quatro clubes, incluindo o Real Madrid e o Barcelona, que, por seu histórico e papel cultural, permaneceram como associações esportivas (SANTOS, 2017).

Em 1999, na América do Sul - mais precisamente na Argentina -, houve a primeira oportunidade de implementar o modelo de *Sociedades Anónimas Deportivas* (SADs). Essa iniciativa foi liderada por Mauricio Macri, então presidente do Boca Juniors, que defendia a transformação dos clubes em sociedades anônimas como forma de profissionalizar a administração e controlar as finanças dos clubes. No entanto, o projeto encontrou forte resistência tanto de clubes quanto de parlamentares argentinos, que viam na mudança o risco de perda de autonomia e identidade dos clubes tradicionais (SANTOS, 2017; DASKAL, 2017).

No Chile, ao contrário da Argentina, a transformação dos clubes em sociedades empresariais foi efetivamente implementada. Em 2005, devido à grave crise financeira do Colo-Colo, foi promulgada a Lei de Sociedades Esportivas, que visava resgatar a saúde financeira

dos clubes por meio da organização empresarial. No entanto, os resultados desta iniciativa têm sido questionados, pois, embora o objetivo fosse trazer maior estabilidade e organização financeira, o processo acabou desestruturando o vínculo emocional e a identidade dos torcedores com seus clubes (SANTOS, 2017).

Portanto, é observado que as tentativas de vigorar um projeto de clube-empresa nos clubes de futebol na América do Sul resultam em fracassos. Esses insucessos decorrem principalmente da lógica financeira que orienta essas iniciativas, nos quais dirigentes e acionistas focam na lucratividade sem se comprometerem com a identidade e a história dos clubes. Além disso, a falta de vínculo emocional e cultural desses gestores com as agremiações dificulta o gerenciamento sustentável das finanças, demonstrando a incapacidade de contornar as dívidas de maneira efetiva.

Sendo assim, é válido discutir sobre como esse projeto dá-se-rá no Brasil inicialmente com a Lei Zico (1993), e posteriormente com a Lei Pelé (1998), englobando todos os aspectos do cenário brasileiro.

3.2. Os caminhos da empresarização do futebol no Brasil

Para abordar as transformações também no âmbito do futebol brasileiro, especialmente o aumento das transferências de jogadores para o exterior, é crucial examinar o contexto econômico do Brasil durante o período do desenvolvimentismo.

O Brasil iniciou um processo significativo de integração econômica e territorial, impulsionado por políticas de industrialização e infraestrutura sob o governo de Getúlio Vargas, este que começou a superar os gargalos que limitavam o crescimento industrial e econômico do país, como a dependência da exportação de produtos primários e a falta de infraestrutura industrial de base (FIORI, 1992).

Já nos anos 1950, o governo de Juscelino Kubitschek com o projeto Plano de Metas visava o desenvolvimento rápido, ousado e estruturado da economia brasileira, fortalecendo a integração territorial ao estimular o desenvolvimento de regiões emergentes no território nacional. Entretanto, mesmo com esse plano de desenvolvimento, o país deu origem a uma industrialização "dependente e associada", na qual o crescimento da economia brasileira ficava condicionado ao capital e à tecnologia de empresas multinacionais (FERNANDES, 1973).

Na década de 1970, durante o auge do chamado "milagre econômico", o Brasil vivia um aparente progresso econômico, marcado pelo crescimento do PIB, industrialização e controle da inflação. Contudo, esse desenvolvimento mascarava desigualdades sociais, como

concentração de renda, corrupção, exploração da mão de obra e aumento da dívida externa, beneficiando principalmente a elite econômica. Sob o regime ditatorial civil-militar (1964-1985), liderado em 1970 pelo general Emílio Garrastazu Médici, o governo utilizou o tricampeonato mundial da seleção brasileira na Copa de 1970 como ferramenta política. Médici apropriou-se do sucesso esportivo para legitimar a ditadura, mascarar a repressão promovida pelo AI-5 e fomentar um sentimento nacionalista na população. Ele demonstrava envolvimento pessoal como torcedor, indo além do protocolo presidencial, para reforçar a imagem de um Brasil unificado e em celebração, ocultando o contexto de opressão vivido pelas camadas populares (GUTERMAN, 2004).

A crise dos anos 1980 expôs as limitações da estratégia de industrialização por substituição de importações, que atingiu seu ápice sob a liderança do Estado desenvolvimentista. Nesse período, as contradições internas do pacto de dominação, que sustentava o crescimento econômico e a modernização, tornaram-se evidentes (FIORI, 1992).

Com isso, a elevação das taxas de juros, iniciada no final da década anterior, colocou os países do Terceiro Mundo em uma posição de extrema vulnerabilidade. De acordo com Santos (1993) países que haviam contraído empréstimos durante períodos de juros baixos com taxas flutuantes, se viram incapazes de pagar o montante crescente de juros. Como consequência, recorreram a novos empréstimos para cobrir o custo desses juros, entrando em um ciclo vicioso de endividamento — a "bola de neve". Em 1983, a situação se agravou, pois os credores começaram a recusar novos empréstimos e exigiram o pagamento dos juros acumulados (SANTOS, 1993).

Isso obrigou os países devedores a adotar políticas de ajuste estrutural, orientadas para gerar superávits comerciais à custa de uma drástica compressão da demanda interna. O resultado dessas políticas foi um empobrecimento ainda mais acentuado das populações desses países, evidenciando a dependência econômica e as relações de subordinação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SANTOS, 1993).

Assim, entende-se que o Brasil adotou uma estratégia de industrialização baseada na substituição de importações e, embora essa estratégia tivesse como objetivo fortalecer a economia e reduzir a dependência de produtos estrangeiros, ela acabou criando uma relação de dependência financeira e tecnológica com os países desenvolvidos.

A crise econômica dos anos 1980 impactou diretamente o futebol brasileiro, que já se destacava como uma atividade relevante tanto cultural quanto economicamente. Com a desvalorização da moeda e a pressão para gerar receitas externas, os clubes brasileiros passaram a ver a exportação de jogadores como uma alternativa para compensar a falta de recursos

internos. Nesse contexto, conforme Proni (1998), o futebol brasileiro consolidou-se como um “celeiro de craques”, exportando jogadores de alto nível para os mercados europeus, onde havia maior capacidade financeira para adquiri-los (PRONI, 1998).

Mesmo com a melhoria técnica do futebol brasileiro, a visão que se tinha era “exportar é a solução” para enfrentar as dificuldades financeiras. Essa dinâmica marcou o início de uma dependência estrutural do futebol brasileiro em relação ao mercado europeu, moldando um fluxo constante de atletas em direção à Europa. Os jogadores buscavam melhores salários e infraestrutura, enquanto os clubes brasileiros viam nas transferências uma fonte de receita essencial para sustentar suas atividades em meio a crises econômicas recorrentes (PRONI, 1998).

A crise do futebol pode ser entendida dentro desse contexto de “globalização perversa”, conceito de Milton Santos (2000), no qual o mercado dita as regras e exerce um poder avassalador sobre outras formas de organização social e econômica. Nessa “democracia do mercado”, os clubes brasileiros, mesmo que tentem se adaptar com medidas de empresarização e uma gestão mais profissional, enfrentam grandes limitações estruturais. A exportação de jogadores se tornou uma necessidade, mas também uma armadilha, pois, ao mesmo tempo que gera receitas, reforça a condição de dependência e posição subalterna dos clubes nacionais, relegados ao papel de exportadores de talentos para clubes estrangeiros com maior poder aquisitivo. Isso limita o desenvolvimento do futebol doméstico e perpetua uma condição de “exportador de mão-de-obra barata”, onde a principal matéria-prima — os jogadores — é constantemente transferida para os mercados ricos, em vez de contribuir para o fortalecimento das competições locais (SANTOS, 2000).

4. LEI PELÉ E A SUA INFLUÊNCIA PARA A EMPRESARIZAÇÃO

Com a ascensão de governos neoliberais a partir da década de 1990 (FIORI, 1998), o futebol brasileiro passou a ser visto como um setor estratégico para a atração de investimentos e para a exploração econômica. Nesse contexto, surgiram diversos agentes econômicos dispostos a transformar os clubes brasileiros em entidades empresariais. Esse movimento fazia parte de uma lógica mais ampla de privatização e mercantilização que caracterizou as políticas neoliberais da época, voltadas para a redução do papel do Estado e o incentivo à iniciativa privada. Esse cenário foi fortalecido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). Como aponta Almeida (2009), o período foi marcado pela entrada de capitais estrangeiros especulativos, que viam no Brasil um mercado emergente e promissor para

investimentos de curto prazo. Esse fluxo de capitais impulsionou a abertura econômica do país e reforçou a ideia de que o futebol poderia ser mais uma área de atração para esses investidores.

A partir desse cenário, a Lei 8.672/1993, conhecida como Lei Zico, foi uma tentativa de modernizar a estrutura jurídica e financeira dos clubes de futebol no Brasil. Ela permitia que os clubes, que antes eram entidades sem fins lucrativos, pudessem se transformar em empresas com fins lucrativos, com o objetivo de torná-los mais competitivos no cenário global e de viabilizar a profissionalização do esporte no país. Ela ainda pretendia:

- i) regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional, ii) rever a participação nos recursos da Loteria Esportiva, iii) extinguir a ‘lei do passe’ e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional, iv) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar a autonomia estatutária dos clubes, assim como v) buscar mecanismos mais democráticos e transparentes de representação e de administração das federações e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) (PRONI, 2000, p. 165).

Conforme mencionado por Santos (2017), apresentaram somente três formatos para a modificação de clubes em empresas:

- 1) Transformação em sociedade comercial de natureza esportiva; 2) constituição de sociedade comercial de natureza desportiva independente, com controle maior do capital com direito a voto; ou 3) contratação de sociedade comercial para gestão de atividades profissionais (SANTOS, 2017, p. 86).

A Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998), em sequência, foi um marco importante para o futebol brasileiro, principalmente por concretizar a profissionalização e a mercantilização do esporte no país. Ela trouxe várias mudanças significativas, sendo uma das mais relevantes a possibilidade de transformação dos clubes de futebol em empresas ou gestões administrativas. Isso permitiu uma gestão mais profissional, com a possibilidade de investimentos privados e maior transparência financeira.

Em modo prático, anteriormente, os contratos de jogadores no Brasil eram regidos por um modelo mais rígido, no qual o vínculo entre clube e jogador não se extinguia automaticamente com o fim do contrato, e o clube detinha certos direitos sobre a permanência ou transferência do atleta. Com a Lei Pelé, a principal mudança foi a desvinculação dos jogadores dos clubes, no sentido de que, ao terminar o contrato de trabalho, o jogador se tornaria um agente livre, ou seja, ele poderia se transferir para outro clube sem precisar do

consentimento do clube atual, desde que o contrato tenha expirado e não haja mais vínculo formal entre as partes (LAIBIDA, 2013).

A adoção do modelo empresarial por clubes brasileiros foi um fenômeno relativamente limitado, especialmente entre os clubes de grande tradição. Apesar das reformas legais, como a Lei Pelé e a Lei Zico, que incentivaram a transformação dos clubes em empresas e a profissionalização da gestão, a resistência à mudança foi significativa devido à forte cultura amadora enraizada na gestão dos clubes e nas estruturas sociais envolvidas (SANTOS, 2017).

Os clubes que seguiram a exceção foram o Bahia, em 1998, que teve o capital aberto e em um acordo com o Banco Opportunity, vendendo 51% de suas ações. Bem como o Vitória, que seguiu a mesma oportunidade do seu rival - no ano 2000 (SANTOS, 2017).

O investimento do Banco Excel no Corinthians em 1997 foi outro movimento de parceria financeira entre um clube brasileiro de futebol e uma instituição financeira. O Banco Excel, um banco de investimentos brasileiro, firmou um acordo com o Corinthians, que envolvia o aporte de recursos financeiros para o clube, permitindo-lhe realizar contratações de jogadores e pagar parte dos salários (SANTOS, 2017).

Todavia, as experiências mencionadas acima, bem como os projetos de mercantilização do futebol a partir dos projetos clube-empresas não conseguiram se consolidar no Brasil. Na medida em que os grandes financiadores deixavam de investir nos clubes, os times iam perdendo a capacidade competitiva, criando-se dívidas exorbitantes que resultaram em diversos fracassos após as participações de grandes grupos financeiros. Bahia e Vitória tiveram sucessivos rebaixamentos, chegando a disputar a Série C do Campeonato Brasileiro em 2006 (SANTOS, 2017). Sendo assim, vale dizer, que o modelo clube-empresa no Brasil foi desastroso.

Em controvérsia, o modelo de parcerias entre clubes e empresas patrocinadoras, em vez da transformação total em clubes-empresas, se consolidou como uma alternativa interessante e viável no futebol brasileiro, especialmente entre os anos 1990 e 2000. Essas parcerias, além de aportes financeiros, também envolviam participação no conselho administrativo e a responsabilidade sobre certas despesas do clube, criando uma relação mais próxima entre gestores do futebol e empresas patrocinadoras.

A sintonia mais bem elaborada neste modelo entre as décadas 1990 e 2000 foi entre Palmeiras e Parmalat, esta, uma multinacional italiana de laticínios. Durante essa parceria, que durou de 1992 a 2000, o clube conquistou diversos títulos, incluindo a Copa Mercosul (1998), Copa do Brasil (1998) e Campeonato Paulista (1996, 2000), além de conquistar notoriedade no cenário internacional. A Parmalat não apenas patrocinava o clube, mas também participava da

gestão, o que permitiu ao Palmeiras investir em contratações de peso e melhorar sua infraestrutura. No entanto, quando a Parmalat se desvinculou do Palmeiras em 2000, o clube enfrentou dificuldades financeiras e estruturais, culminando em uma queda para a Série B do Campeonato Brasileiro em 2002 (SANTOS, 2017).

Com análise aos dias atuais, a parceria entre a Sociedade Esportiva Palmeiras e a Crefisa é um bom exemplo de como as parcerias com patrocinadores podem se aprofundar no futebol brasileiro, especialmente quando o patrocinador se envolve diretamente no financiamento de jogadores e na gestão do elenco. Desde que a Crefisa, uma instituição financeira de crédito pessoal, assumiu o patrocínio máster do Palmeiras, essa parceria se transformou em um dos maiores investimentos privados no futebol brasileiro nos últimos anos, com consequência positiva recheada de títulos ao clube nos últimos quatro anos.

Santos (2017) aponta que, apesar da crescente presença de investimentos empresariais, permanece um modelo de gestão tradicional, vinculado à estrutura associativa e à influência das famílias que compõem os conselhos das entidades. Essa resistência à mudança da mentalidade dos dirigentes, como Santos coloca, está ligada à dificuldade de transição para modelos mais profissionais e empresariais, comuns em outras partes do mundo, como na Europa. A mentalidade associativista e a cultura familiar, ainda muito presentes, dificultam uma reforma mais radical nas estruturas de poder dos clubes, o que impede que a participação das empresas seja mais profunda, como o controle total ou uma gestão mais centralizada.

A tendência do século XXI é a partir de modelos de clubes-empresa, como o Redbull Brasil Bragantino, que são voltados especificamente para a lógica financeira e empresarial, em vez de dependerem de uma base de torcedores tradicionais. Esses clubes, em sua maioria, competem nas divisões inferiores do Campeonato Brasileiro, como a Série B e Série C (embora o Redbull Brasil Bragantino esteja na Série A), e buscam operar de forma mais eficiente em termos econômicos, muitas vezes sem a necessidade de uma torcida organizada, o que os torna um fenômeno peculiar.

O conceito de "ajuste espacial" de David Harvey (2008) refere-se ao processo pelo qual as empresas ou instituições buscam explorar diferentes territórios e espaços para maximizar a acumulação de capital, ajustando-se às condições específicas de cada região. No caso dos clube-empresas, isso se manifesta na maneira como eles se estabelecem e buscam novas formas de gerar lucro a partir de diferentes localidades.

Esses clubes não estão restritos ao modelo tradicional de base local ou regional, como os clubes mais antigos, que formam suas identidades em torno de torcidas e comunidades específicas. Pelo contrário, eles se inserem no mercado esportivo de maneira estratégica,

procurando aproveitar o potencial de diversos "espaços" (geográficos e sociais) para crescer financeiramente. O foco não está apenas no esporte em si, mas também no impacto que o futebol pode gerar em termos de publicidade, engajamento empresarial e exploração de novos mercados, seja na atração de patrocinadores ou na criação de novos produtos ligados ao esporte (SANTOS, 2017).

O que se pode afirmar com base nessa análise é que, à medida que o futebol se transformou em um "esporte de consumo de massas", ele se viu imerso nas dinâmicas do neoliberalismo, que privilegiam a busca por lucro, eficiência e mercado. Nesse contexto, o futebol passou a adotar práticas empresariais, alinhando-se às necessidades de um mercado globalizado e cada vez mais competitivo. Essa adaptação ao modelo neoliberal envolveu a profissionalização dos clubes, a busca por receitas diversificadas (como patrocínios, direitos de transmissão e merchandising), e a exploração de novas formas de acumulação de capital. Com a massificação da modalidade e a fácil difusão a partir de diversos canais, a supervalorização do futebol atualmente é esboçada em como, principalmente, a mídia manifesta jogadores e clubes, atribuindo-lhes uma importância demasiada. O impacto dessa dedicação excessiva ao futebol, que monopoliza a atenção dos torcedores durante os jogos e desvia o foco de outras atividades nobres e prazerosas na vida, leva ao uso do esporte como ferramenta de manipulação e domesticação do público.

A ideia de "lógica territorial" de Harvey (2008) nesse novo modelo reflete o papel do futebol como uma ferramenta estratégica para superar as crises de sobreacumulação de capital, um conceito que o autor usa para descrever períodos em que há um excesso de capital que não encontra oportunidades de investimento lucrativo. Nesse contexto, os patrocinadores, especialmente os eventuais, veem nos clubes de futebol uma forma de mover e "absorver" esse excesso de capital. Ao patrocinar clubes, muitas vezes sem a necessidade de uma identidade territorial ou de torcida consolidada, as empresas conseguem expandir sua visibilidade e fortalecer suas marcas, ao mesmo tempo em que geram oportunidades de negócios.

4.1. Lei Pelé e os jogadores de futebol

Conforme já mencionado sobre a Lei Pelé e sua relação com a modernização do futebol brasileiro no contexto de abertura econômica e globalização, é válido salientar também que uma das suas principais mudanças foi a extinção do "passe" do atleta, ou seja, o direito de um clube manter o vínculo exclusivo de um jogador por tempo indeterminado-.

A partir da possibilidade de mobilidade aos jogadores com a vigência da Lei Pelé, ela impulsionou a saída de talentos do Brasil para o exterior. Com o fim do "passe," os atletas passaram a ter mais autonomia para negociar transferências, o que tornou o mercado de jogadores mais dinâmico e exposto à influência de clubes estrangeiros, especialmente europeus. O impacto foi imediato: em 1998, 530 jogadores deixaram o país, e, no ano seguinte, com a Lei Pelé em vigor, esse número subiu 24%, totalizando 658 saídas (FAVERO, 2010).

Historicamente, os clubes exerciam um controle absoluto sobre os jogadores, que eram praticamente "propriedade" das instituições que os contratavam. No início do profissionalismo no futebol inglês, no final do século XIX, os atletas tinham pouca autonomia em suas carreiras. Ao assinarem contrato, os jogadores ficavam "presos" ao sistema de transferência, que permitia a saída de um clube apenas com sua permissão. Essa relação limitava a liberdade dos atletas e consolidava o poder dos clubes sobre o destino profissional dos jogadores (MURRAY, 2000).

O famoso caso Bosman resultou em extinção à grande parte das antigas regras. Jean-Marc Bosman estava vinculado ao então RFC Liège mesmo após o término de seus contratos. Em resposta ao salário oferecido pelo seu clube, que era significativamente menor, conforme Favero (2010), Bosman decidiu não aceitar o novo contrato e buscou uma transferência para o US Dunkerque, da França. O enredo que se seguiu, com o RFC Liège exigindo uma indenização que o clube francês se recusou a pagar, motivou Bosman a entrar na Justiça para garantir o direito de transferir-se livremente após o término de seu contrato.

Em 1991, o jogador foi à Justiça para lutar pelos seus direitos garantidos. Em 1992, ele ganhou a causa e, embora a decisão tenha dado a Bosman a liberdade para escolher seu destino sem a imposição de taxas de transferência, o impacto negativo para ele foi imediato. A reputação de Bosman foi prejudicada devido à controvérsia em torno de sua luta judicial, e muitos clubes se mostraram relutantes em contratá-lo. Em 1995, com o fechamento do caso:

[...] a Suprema Corte da Bélgica deu ganho de causa a Bosman, na ação contra a União das Associações Europeias de Futebol (UEFA), a Federação Belga de Futebol e RFC Liège. O jogador ainda pedia uma indenização de 700 mil francos por danos e prejuízos com o processo. Seu advogado, Carl Otto Lenz, advertiu o tribunal que aquelas restrições dos atletas iam contra a livre circulação de trabalhadores, que é um direito fundamental na Europa (FAVERO, 2010, p. 42).

Para o futebol, essa decisão trouxe mudanças estruturais significativas. A UEFA foi obrigada a remover a limitação de estrangeiros nos clubes, uma regra que anteriormente restringia a quantidade de jogadores não nacionais em campo. Sem essa barreira, os clubes mais

ricos puderam contratar um número maior de talentos estrangeiros, o que resultou em uma concentração de atletas de alto nível em times europeus com maior poder financeiro.

4.2 Transferência de jogadores

Essa seção terá como foco entender como o Brasil se insere no mercado do futebol, avaliando a importação e exportação de jogadores do futebol brasileiro e compreendendo como depois da crise da década de 1980 o país é um dos principais atores do cenário de exportador de jogadores. O período analisado é entre os anos 2018 e 2023, a partir dos dados retirados dos relatórios da FIFA, com foco no mercado de transferências através do FIFA TMS.

As transferências no futebol moderno são totalmente regularizadas a partir de rigorosas regras e sistemas desde 2010. Elas são divididas entre fora de contrato, empréstimo, transferência permanente e retorno por empréstimo (FIFA, 2024).

Referente a valores envolvidos nas negociações de transferências, observa-se alguns modelos padrões: contratações em definitivo sem valores envolvidos; empréstimos sem valores envolvidos; contratações em definitivo com valores envolvidos; e empréstimos com valores envolvidos (FIFA, 2024).

Desde 2018, de acordo com os relatórios da FIFA TMS, o Brasil é o país que mais possui participações em transferências pelo mundo, sendo representante de quase 11% de todas as movimentações no ano de 2023, com 2.375 transferências.

Na Tabela 1 – no que compete às transferências do Brasil para o exterior – se observa que há um crescimento expressivo nos dados durante o período analisado - exceto em 2021, muito em função da pandemia. Nesse quesito (de exportação), o país ocupa a primeira colocação diante de todos os países nos cinco anos analisados.

O efeito pandemia é observado entre os anos 2019 e 2020. Da mesma forma que há uma entrada de quase 20% a mais de jogadores no ano de 2020 se comparado ao ano anterior, a exportação de jogadores também cai de forma expressiva, com queda de 128 movimentações. Esse efeito se dá ao longo do mundo, por se tratar de um problema de saúde global. Entretanto, no ano de 2023 o cenário é positivo tanto para a exportação, quanto para importação de jogadores, sendo o maior número de total de transferências dentro do período analisado envolvendo o território brasileiro.

Tabela 1 - Transferência (movimentações) de jogadores pelo Brasil entre 2018 e 2023

Movimentações realizadas por ano						
Saída de jogadores do Brasil						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade Jogadores	822	948	820	820	998	1217
Entrada de jogadores no Brasil						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade Jogadores	677	831	1015	784	857	922
Total Transferências	1499	1779	1835	1604	1855	2139

Fonte: FIFA - Global Transfer Report (Dados organizados pela própria autora).

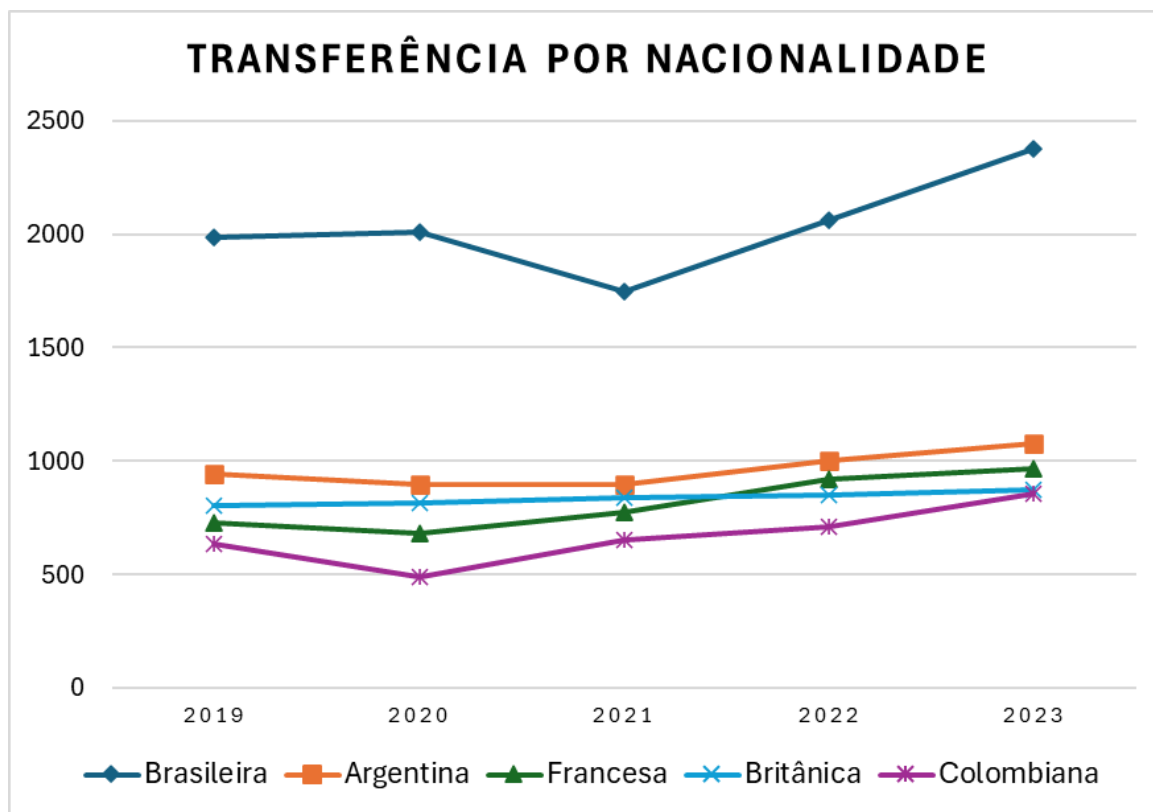
De cada 100 transferências internacionais realizadas no futebol em 2023, quase 11 envolviam jogadores brasileiros, conforme relatório da FIFA TMS. O Brasil ainda é a nação que mais movimenta o mercado internacional do esporte. Movimentou cerca de US\$935 milhões em negociações. No período analisado no gráfico abaixo (Gráfico 1), o Brasil sobressai frente aos outros quatro países que completam o *top 5* países com maior número de transferências. Isso reforça a tese do jogador brasileiro ser um produto de alta qualidade para o mundo todo.

Ainda é válido ressaltar que no Brasil, como um dos maiores mercados do futebol, as categorias de base adquirirem um papel estratégico no orçamento dos clubes. Anteriormente, as bases formavam jogadores para alimentar os times profissionais. Hoje, elas são vistas também como uma importante fonte de receita. O número de jovens atletas negociados para o exterior aumentou significativamente nos últimos anos. Essa dinâmica reflete a robusta mercantilização dos jovens talentos, que são transferidos cada vez mais cedo para atender à demanda do mercado global do futebol.

A mercantilização do jogador como produto reforça a dinâmica de centro-periferia no futebol global. A FIFA, por meio do mecanismo de solidariedade e do treinamento, reconhece a importância dos clubes formadores ao determinar que uma porcentagem do valor de transferência seja destinada aos clubes que contribuíram para a formação do atleta entre os 12 e 23 anos (GE, 2024). No entanto, essa regra, apesar de justa em termos de reconhecimento, também incentiva o modelo de exportação de jogadores. Os jogadores sul-americanos, especialmente brasileiros, argentinos e uruguaios, passam a ser vistos como produtos destinados à exportação. Conforme os conceitos de mercadoria abordados por Marx (2013), a habilidade

esportiva (valor de uso) é secundarizada em relação ao retorno financeiro que podem gerar (valor de troca)¹⁰.

Gráfico 1 - Transferências por nacionalidade nos últimos 5 anos



Fonte: FIFA - Global Transfer Report, 2019 a 2024. (Dados organizados pela própria autora).

Mesmo com o efeito pandêmico entre 2020 e 2022, observa-se a queda de captação de valores das transferências dos brasileiros entre 2018 e 2019, sendo um impacto próximo de 20% (Gráfico 2). Muito desse período de decréscimo se resume a valorização de jogadores ao longo de megaeventos esportivos como a Copa do Mundo, como ocorreu em 2018 e 2022. É uma oportunidade de vitrine inigualável para jogadores de todo o mundo, oferecendo oportunidades únicas de projeção internacional.

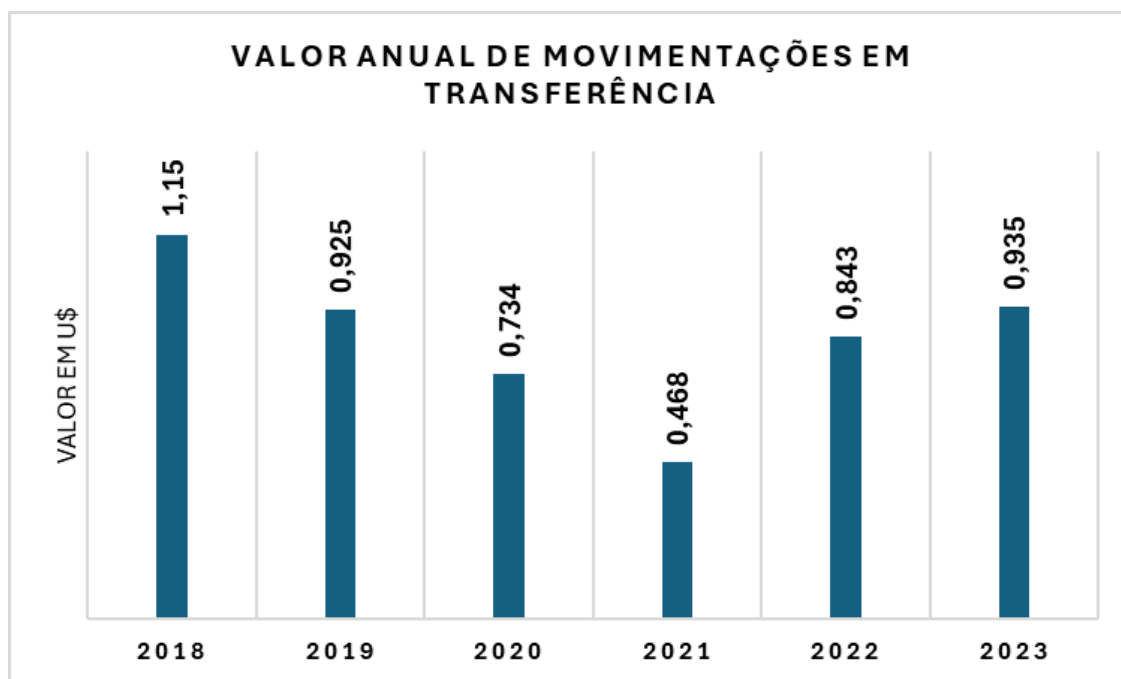
Para jogadores jovens ou atuando em ligas menos conhecidas, o torneio pode significar uma chance de mostrar seu talento a um público global, incluindo “olheiros”¹¹ de grandes clubes e investidores. Para atletas mais experientes, a competição é uma oportunidade de

¹⁰ As mercadorias não se confrontam como mercadorias, apenas como produtos ou valores de uso (MARX, 2013, p. 227.)

¹¹ Um olheiro de futebol é um profissional responsável por observar, analisar e identificar talentos promissores no mundo do futebol.

reafirmar seu valor e até impulsionar transferências para ligas mais competitivas. Além disso, bons desempenhos podem elevar o valor de mercado dos atletas e abrir portas para contratos mais lucrativos.

Gráfico 2 - Valor das transferências dos últimos 6 anos do Brasil no mundo futebolístico



Fonte: FIFA - Global Transfer Report, 2018 a 2024 (Dados organizados pela própria autora).

Um outro efeito importante para análise é o valor crescente do futebol na França. Entre 2021 e 2023, a França tem um valor absoluto maior nos anos 2021 e 2023, superando o Brasil com valor de US\$ 0,63 bilhão de dólares e US\$ 1,29 bilhão de dólares respectivamente. Boa parte desse comportamento se refere à seleção francesa ter chegado a duas finais consecutivas de Copa do Mundo (2018 e 2022). Em consequência a isso, grande parte dos jogadores que compõem o time francês são protagonistas em seus clubes - Kylian Mbappé, no Real Madrid; Antoine Griezmann, no Atlético de Madrid; Adrien Rabiot, na Juventus; Jules Koundé, no Barcelona.

Ainda assim, podemos demonstrar nessa análise que o Brasil atua nos dois sentidos i) como exportador e ii) como importador de jogadores. Mas com um poder aquisitivo limitado, os clubes brasileiros enfrentam dificuldades para competir com os times europeus, que têm mais recursos financeiros. Ao invés de reter talentos, os clubes brasileiros se veem obrigados a negociar jovens promessas e jogadores de destaque para equilibrar suas finanças. Essa relação desigual faz com que o Brasil se torne um exportador de talentos, abastecendo o mercado

européu com jogadores em potencial, enquanto os clubes locais sofrem para montar elencos competitivos no cenário internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou três situações centrais que levaram à financeirização do futebol: i) o surgimento e expansão do futebol, que marcou as primeiras etapas de sua mercantilização e popularização; ii) a profissionalização do esporte, tendo a transição do futebol para uma estrutura mais formal, com jogadores e clubes adotando práticas profissionais que deram origem a uma indústria esportiva complexa; e iii) o neoliberalismo e a financeirização, acompanhando a adoção de políticas neoliberais que incentivaram o investimento financeiro no futebol.

O futebol surgiu na Inglaterra como uma prática adotada pela elite, que se apropriou de atividades populares até então proibidas, com o objetivo de promover o vigor físico entre os futuros governantes, dentro de uma visão darwinista do esporte. Inicialmente, o futebol era fortemente vinculado ao amadorismo e à ideia de manter um controle elitista sobre o esporte. No entanto, com sua popularização, o futebol começou a ser praticado também pela classe trabalhadora, que passou a atuar como jogadores. Esse movimento resultou em uma mudança significativa, pois, embora as direções dos clubes continuassem nas mãos da elite, o esporte começou a ser moldado por uma nova realidade, com a classe operária dando um novo significado ao jogo. Essa transformação foi essencial para a expansão do futebol para além da Inglaterra, impulsionada pela classe trabalhadora que levou o esporte a novos horizontes, primeiro para os outros países europeus e, depois, para o mundo.

Durante o processo de expansão das atividades produtivas inglesas, o futebol tornou-se mais um produto da robusta indústria britânica, e esse período representou o auge da difusão do esporte. A propagação do futebol para outros territórios foi impulsionada diretamente pelos ingleses, mas o grau de adoção do esporte variava conforme a receptividade e as dinâmicas locais de cada região.

No Brasil, a difusão do futebol inicialmente foi dispersa e paralela, com sua prática se expandindo de forma fragmentada. Contudo, a partir da década de 1930, com o crescimento do período desenvolvimentista e o processo de industrialização, o futebol começa a se popularizar de forma mais ampla no Brasil. Esse movimento marcou uma transição, afastando o país das antigas formas de resistência e inserindo o futebol como uma prática esportiva central na sociedade brasileira, com grande impacto cultural e social.

A partir de 1970, o futebol se consolidou como um dos principais esportes do mundo, muito em função da crescente influência das mídias, que desempenharam um papel crucial na sua difusão global. Esse processo foi impulsionado pelo período técnico-científico-informacional, no qual os avanços tecnológicos, especialmente na comunicação e transmissão televisiva, foram determinantes para que o esporte se tornasse global.

Verifica-se, também, que durante o período de João Havelange como presidente da FIFA, a partir de 1974, o futebol passou por uma transformação significativa, impulsionada pela globalização do esporte e pela ascensão do capital financeiro. O ressurgimento do capital portador de juros nos anos 1980, aliado às políticas neoliberais, consolidou o futebol como um "produto de mercado", marcado pela crescente empresarização do setor. O futebol deixou de ser apenas uma prática esportiva e passou a ser tratado como uma indústria, onde medidas empresariais foram adotadas como alternativas para lidar com as dívidas, muitas vezes originadas pelas administrações públicas.

No contexto europeu, esse modelo de empresarização gerou grandes investimentos e prosperidade financeira, com exceções, como em clubes que enfrentaram dificuldades para se adaptar ao novo modelo. No entanto, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil e a Argentina, o modelo não teve o mesmo sucesso. O futebol, nestes países, não conseguiu se consolidar como uma grande fonte de lucro, com alguns fracassos e crises financeiras nos clubes.

Após a abertura do mercado desse fenômeno, os países que até então eram responsáveis por produzir os melhores jogadores, como o Brasil e a Argentina, passaram a se tornar grandes exportadores de talentos. Isso ocorreu principalmente devido à posição econômica desses países, que são considerados subdesenvolvidos, em contraste com as nações desenvolvidas, que dominam o consumo e os investimentos no futebol, reforçando a ideia de centro-periferia na economia-mundo.

O Brasil, utilizado como exemplo, tem o papel de principal exportador e importador de jogadores do mundo, sendo também responsável pelas maiores transações de venda de atletas. No entanto, apesar dessa grande exportação de talentos, o futebol praticado no país não consegue competir de igual para igual com os clubes europeus, que dominam o cenário global. Esse cenário é explicado por duas circunstâncias: a alta complexidade empresarial dos clubes europeus e o endividamento dos clubes brasileiros.

Assim, o futebol financeirizado, como o conhecemos hoje, surge com o ressurgimento do capital portador de juros, especialmente a partir de 1980, impulsionado pelo neoliberalismo. Isso fez com que o futebol se tornasse um dos mercados mais promissores globalmente. Além

disso, o crescente investimento de países com pouca tradição no esporte, como Tailândia e China, evidencia o futebol como uma alternativa para a aplicação de capitais excessivos.

REFERÊNCIAS

A História do futebol: um espelho da história do Brasil, p. 60 .Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9440/9440_5.PDF>. Acesso em: 10 out. 2024.

ALVITO, Marcos. **Rugby, o Primo Aristocrático do Futebol**. Ludopédio, São Paulo, v. 41, n. 3, 2012.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva**. Redescobrimdo o Brasil 500 (2000): p. 73-89.

BRUNORO, José Carlos; AFIF, Antônio. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Editora Gente, 1997.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Revista de Economia Política 35 (3), 2015, pp. 444-460.

CARVALHO, João Vitor Fernandes; KOGUT, Clarice Secches. **Comprando sua entrada: a estratégia de internacionalização do maior clube de futebol do Brasil**. Cad. EBAPE.BR, v. 21, nº 5, Rio de Janeiro, e2022-0249, 2023.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia do Futebol**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 452, junho 2023.

DASKAL, Lolly. **The Leadership Gap: What Gets Between You and Your Greatness**. New York, NY: Portfolio, 2017. 240 pp.

ENGLAND FOOTBALL ONLINE. **England National Football Team Match No. 1**. Disponível em: <<http://www.Englandfootballonline.com/Seas1872-00/1872-73/M0001Scol1872.html>>. Acesso em: 01 set. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Edição revista. São Paulo. Boitempo, 2010.

FIFA.com. **La historia del fútbol**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120712091303/http://es.fifa.com/classicfootball/history/game/historygame1.html#expand>>. Acesso em 21 de ago 2024.

FIFA.com. **El crecimiento global**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120412093708/http://es.fifa.com/classicfootball/history/game/historygame4.html>>. Acesso em 21 ago. 2024.

FIFA.com. **THE FA**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20130125012322/http://www.thefa.com/about-football-association/history>>. Acesso em 04 nov. 2024.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Zahar Editores, 1973.

FRANCO JR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2007

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

GE. **Mecanismo de solidariedade da Fifa: quando o clube tem ou não tem direito de receber?**. Disponível em: <<https://ge.globo.com/al/futebol/noticia/2023/08/04/mecanismo-de-solidariedade-da-fifa-quando-o-clube-tem-ou-nao-tem-direito-de-receber.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2024.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Elogio da beleza atlética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUTERMAN, Marcos. Médici e o futebol: **A utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 1, p. 267-279, dez. 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KEYS, Barbara. **Globalizing sport: national rivalry and international community in the 1930s**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

KOMMERS, Jorge. **FUTEBOL COMO MÍDIA: relação entre futebol, televisão e patrocinadores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, Porto Alegre, BRRS, 2016.

KUPPER, Agnaldo. **Na vitória do sistema, a espetacularização do futebol**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, São Paulo. v.13. n.54. p.554-564. Set./Out./Nov./Dez. 2021.

KUPPER, Agnaldo. **Os propósitos do futebol para a vida moderna industrial**. Revista Tempo de Conquista. Artigo 24, 2018. Disponível em: <<https://revistatempodeconquista.com.br/RTC-24.php>>.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. **Mercadorização do futebol na era da globalização**. v. 1, n. 2, ago. 2013 - ARTIGOS.

MARX, K. **O capital: contribuição à crítica da economia política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MASCARENHAS, Gilmar. **Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol**. Scripta Nova-Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, v. 4, n. 69, p. 23, 2000.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Eduerj, 2014.

MATTAR, Michel. **Gestão de clubes de futebol**. In: BASTOS, Flávia da Cunha (org.); MAZZEI, Leandro Carlos (org.). *Gestão do Esporte No Brasil, Desafios e perspectivas*. São Paulo: Ed. ÍCONE EDITORA, 2012.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. **“Capital Financeiro” versus “Capital Industrial”: um exercício de desmistificação**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. N. 38, junho 2014.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. 1. Ed. Hedra, 2000.

OLIVEIRA, Alex Fernandes de. **Origem do futebol da Inglaterra no Brasil**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, São Paulo, v.4, n.13, p.170-174. Set/Out/Nov/Dez. 2012. ISSN 1984-4956.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. 2006. p. 67-107

PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. **O capital fictício: revisitando uma categoria controversa**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 347, ago. 2018.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SANTOS, Irlan Simões. **Clientes versus Rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

SANTOS, Luiz Marcelo Vídero Vieira. **A evolução na gestão no futebol brasileiro**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, FGV/EAESP, São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. 1993.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THE FA. **The history of the FA Cup.** Disponível em: <<https://www.thefa.com/news/2016/nov/02/history-of-the-fa-cup>>. Acesso em: 02 set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2018.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 12 de set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2019.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 12 de set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2020.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 12 de set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2021.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 16 de set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2022.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 16 de set. 2024.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2023.** Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 17 de set. 2024.

TONINI, Marcel Diego. **Além dos gramados: História oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010).** 2010. 432 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo. **O processo de industrialização brasileira.** RAE - Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 17, n. 6, p. 33–43, 1977.

VIGEVANI, Tullo. **GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO: processo político e relações internacionais.** Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 12(3) 1998.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio – o futebol e o Brasil.** 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2008.